

REPUBLICA

ANNO IV

ASSIGNATURA
Trimestre 30000
Semestre (pelo correio) 70000
N. DO DIA 60 RS., ATRAZADO 100 RS.

ESTADO DE SANTA CATHARINA

Besterro, 22 de Junho de 1895

TYPOGRAPHIA

Rua João Pinto n. 24 A

N. 952

Gerente—Geraldo Braga

O QUE LHE FALTAVA!

Dia a dia vão se realizando as nossas previsões a respeito da nefasta situação surgida das arruaças da praça do mercado, alimentada pelo prestígio do centro, fortalecida aparentemente pelo regime das violências e perseguições aos adversários, mas hoje em estado de anemia profunda e ameaçada de morte inevitável.

Quando o senhor Machado assumiu a administração do Estado e praticou os primeiros actos vimos logo que o *escurrão* do senhor vice-presidente da Republica tinha da conta das empreitadas de derrubar o governador do Maranhão e a junta governativa deste Estado, mas que não era homem tallado para o governo, pois faltavam-lhe o criterio, instrução e os mais rudimentares elementos de administração. O seu discurso proferido na intendencia municipal no dia em que, para vergonha eterna dos arruaceiros de Dezembro e dos seus defensores da *autonomia* do Estado, elle fazia o pacto de manter a politica da junta, é um documento que ha de passar á historia deste periodo da Republica como uma prova da facilidade com que os *politiquês* elevam aos *altissimos pedestes* qualquer desconhecido que lhes queira servir de docil e maleavel instrumento.

Dolito destas columnas verberamos com toda energia a deposição da intendencia de Blumenau pelo capitão Servillo, á frente da força federal, e conserámos as ameaças á de Tabarão, para entregar o archivo aos novos intendentes, ao serviço do senhor Elyseu.

Prevenimos mais de uma vez ao senhor tenente de que elle estava se entregando do pé e mãos atados a um dos homens de mais triste nomeada nos annos da politica deste Estado, de um chefe que por si só era um perigo para quem quizesse séria e honestamente governar esta terra, quanto mais unido ao senhor Bayma, um outro vulto que figura na galeria dos ambiciosos e ingratos como uma celebridade pouco invejavel.

Dissemos ao inexperiente governador que não confundisse os sentimentos dos arruaceiros desta capital, em fins de Dezembro, com os intuitos nobres dos revolucionarios de 23 de Novembro.

Fizemos-lhe ver que o grupo do senhor Elyseu era um misto de ambiciosos, descontentes e abastaniados, que só tinha em mira a conquista do poder e em muito pouca conta os principios politicos.

O senhor tenente não quiz ouvir-nos; e, não conseguindo conquistar o nosso apoio de mistura com o dos nossos adversarios, enveredou pelo caminho tortuoso das violências, e hoje vê-se á beira de um carcere e em risco de despir a farda que não tem salido honrar.

Desde a derrota de Abril do anno passado, em que o eleitorado deixou as urnas abandonadas, começou a serie de desgostos para o senhor tenente Machado. O apedrejamento das typographias dos nossos jornaes foi o grido de perseguição que echeou em todos os pontos do nosso Estado e deno a gente que os nossos adversarios manifestassem todo o seu odio e procurassem por todos os meios subjugar os elementos de que dispõem nos municipios.

Dado o primeiro passo em falso o governo do senhor tenente começou a rolar para o abysmo e, louco pela vertigem da queda, não houve desistido de não que praticasse.

A deportação do honrado delegado das terras e, um dez depois, as ce-

nas vergonhosas de que foi theatro esta capital por occasião da volta d'aquelle funcionario, são factos que só podiam ser concebidos por um cerebro enfermo tou por um coração perverso.

As consequencias delles o papel degradante que representou o tenente Machado todo o publico conhece e é ocioso repetir mais uma vez. De um lado vimos o partido republicano, apoiado na lei, contra o governo do arbirio e da violencia que, como os governos desse genero, não tinha ao menos a coragem de assumir a responsabilidade do que fazia.

De outro estava o sr. tenente Machado procurando á sombra do povo cathariense isompr-se do castigo que pelo seu acto irria forçosamente soffrer.

O delegado das terras voltou e desembrancho no meio de uma multidão enorme, que o victoriava. Qualquer homem de brio, qualquer governo que prezasse um pouco a honra do cargo, o teria abandonado no mesmo dia em que soffreu uma tão grande derrota; mas o senhor tenente inventou um *acórdão* e esperou que o tempo fizesse esquecer essa *questão de honra*.

Mais tarde veio a sentença do Tribunal da Relação do Estado e a concessão de *habere-corpus* pelo Supremo Tribunal Federal ás illustres victimas da politica mesquinha do sr. tenente, em Blumenau, e elle conformou-se com tudo e... foi ficando em seu governo.

O governo da União, que o gerou e o alimentou, viu-se obrigado a abominar-o, e elle, como os filhos ingratos e malcreados, veio á sua descompol.

Não houve castigo moral que elle sentisse, dando provas de que possuía uma alma muito grande e uma consciencia muito elastica. Emfim, depois de tantos desatinos e de tantas violências, vê o seu nome inscripto no rol dos culpados, e para não estar á esta hora detido em uma prisão foi necessario que lhe prestassem fiança idonea.

A que grão de baixeza o senhor Elyseu conduziu este Estado!

E o senhor Elyseu é governador! Pobre Estado!

Tambem era só o que lhe faltava!

SENTENÇA

(Continuação)

Considerando—que a arguição da nulidade do summario, feita pelos denunciados, sob o fundamento de que nelle deixou-se de observar a marcha dos processos de responsabilidade, visto como os crimes de que trata a denuncia, lhes foram attribuidos quando se achavão no exercicio do cargo de chefe de policia—não procede em face lo decreto n. 848, que somente considera como crimes de responsabilidade da alçada federal e dá-lhes marcha especial—os praticados por funcionarios publicos federaes, como se deprehende dos arts. 52, 95, e 90, variando essa marcha, quanto ao julgamento, conforme o responsabilidade goza ou não do privilegio de fóro;

Considerando que tambem é improcedente a allegação do summario de Vieira Caldas, em suas razões de defeza, de fls. 404 usque 419 v.—de não ter valor juridico o substabelecimento de fls. 65, por não ser autorizado pela procuração de fls. 42, que não contém poderes especiaes para esse acto e, portanto, está inquirido de nullo o mesmo summario pela illegitimidade do procurador;—porquanto a procuração confere todos os po-

deres—sem excepção alguma e, nestes termos genericos e absolutos, estão comprehendidos os poderes especiaes; além de que funcionou em todos os actos do summario o procurador seccional, como representado dos interesses da justiça e tendo competencia, pelo art. 58 do decreto n. 848, para denunciar os crimes que provocaram o procedimento judicial;

Considerando que a allegação do procurador seccional, em seu parecer de fls. 165 usque 169, fundandose nos votos unanimes de dois ministros do Supremo Tribunal Federal, de que—não ha crimes politicos definidos, visto não existir lei que os qualifique, com excepção, porém, dos mencionados no art. 54 da Constituição da União, e referentes ao Presidente da Republica, e d'alhi infere que, em vista do art. 1.º do cod. penal que preciza: «ninguem poderá ser punido por facto que não tenha sido anteriormente qualificado crime:—que não têm razão de ser legal os crimes, pelos quaes foram processados os denunciados;—carece de fundamento juridico, nem só *ex vi* do decreto n. 848, art. 15, letra i, que classificou os crimes politicos da competencia da justiça federal e ao qual referiu-se o ministro da justiça, em seu relatório de 1891, declarando quaes os crimes comprehendidos nessa competencia, como tambem evidencia-se da jurisprudencia firmada pela maioria do mesmo tribunal, conhecendo aquellos crimes e até n'elles incluindo os de moeda falsa e contrabando, não especificados no precitado art.—Sentença de 15 de março ultimo, publicada no *Diario Official*, n. 79, do referido mez, approvando a preliminar do ministro, o distincto juriscosulto Aquino e Castro, estabelecendo a competencia da justiça federal para taes crimes depois da installação desta nos Estados.—Sentença proferida na revista crime n. 14, publicada no *Diario Official*, n. 98 e outras decisões, salientando-se a de 20 de Abril do anno passado, que assim se exprime: «a competencia conferida aos juizes e tribunaes pelo art. 60 letra i da Constituição, deve ser entendida no sentido exclusivamente restrictivo, e sómente lhes pertencem o conhecimento e julgamento dos crimes politicos, e a esta interpretação está subordinada a disposição do art. 15 letra i do decreto n. 848, na referencia do novo cod. penal—Direito, vol. 58;

Considerando que não é suffragada pelos principios de direito publico a theoria externada pelo mesmo directorador seccional no alludido parecer—de que, dizendo o art. 141, 2.ª parte, do cod. penal—«obstar ao impedir o effeito da determinação dos poderes executivo e judiciorio—é indispensavel que essa determinação parta simultaneamente desses poderes para sujeitar áquelle que impedir o seu effeito á sancção penal do citado art., porquanto cada um desses poderes, como orgão da soberania nacional, é independente, tem a sua esfera de acção que exercita nas attribuições de que lhes são conferidas, em virtude das quaes resolve, ordena e pratica os actos que são de sua competencia, sem intervenção, portanto, de outro poder, para produzir effeito qualquer determinação sua;

Considerando que, tanto assim é, que o art. 96 do antigo cod. crim., que contém disposição identica a 2.ª parte do art. 141, citado, usa das expressões—«poderes moderador e executivo;» e o Supremo Tribunal de Justiça, interpretando-as, condemnou, por sentença datada de 24 de fevereiro de 1874, a um accusado por ter obstado ou impedido o effeito da de-

terminação do poder executivo, sem a concurrencia dos dois poderes; e o notavel juriscosulto Ferreira Viana, analysando o referido artigo diz:—«que um dos seus elementos característicos é—que a determinação seja de um dos poderes, o moderador ou o executivo; que emane das attribuições de um d'elles;

Considerando, pois, que o poder executivo é, por sua natureza, separado e distincto dos outros poderes; e, portanto, do judiciorio; a sua acção se mantém independentemente d'este e, na sua esfera legal, não deve soffrer obstaculo algum; e, si os outros poderes tivessem o direito de oppo-lhes, ficaria a mercê d'elles e não poderia preencher a sua missão—Pimenta Bueno, Dir. Puhl. Bras., que acrescenta: «só quando se trata de grande fim social, é que todos os poderes concorrem de modo harmonioso; e que se torna indispensavel o concurso unisono de suas vistas, em prol do bem—estar commum»;

Considerando que, pelo art. 18, §§ 2.º e 4.º do cod. penal, são attores do crime—os que, tendo resolvido a execução d'este, determinaram outros a praticar-os por meio do abuso ou influencia de superioridade hierarchica, e os que directamente executaram o crime por outros resolvido; o que está de accordo com as disposições dos codigos do Hanover e de Hesce, quando declaram: «que aquelle que executa um crime por virtude do orden, que reclera para esse effeito, é a sujeito ás penas da lei e ainda com o que diz Silva Ferrão, Theoria do Dir. Pen. Port., vol. 1.º pag. 200, fundado na carta de lei de 29 de outubro de 1840, art. 35:—«Em toda a hierarchia administrativa e publica as autoridades inferiores são subordinadas ás superiores e obrigadas a cumprir todas as suas decisões e ordens—que forem legais;

Considerando que dos autos consta pelos depoimentos contestes das testemunhas de fls. 44 v. 59, 60 v 75 e 80—que o engenheiro Victorino de Paula Ramos achava-se no exercicio do seu cargo de delegado de terras e colonização, neste Estado, quando fóra intimado pelo commissario de policia Henrique Tavares a comparecer na repartição da policia, antes do respectivo chefe, então o summario baeharel Candido Vieira Chaves, o detivera em cumprimento o execução de ordem verbal do summario, tenente Manoel Joaquim Machado, presidente do Estado, e que o embarcara com destino á capital federal, fazendo-o acompanhar até o porto de Santos pelo officio de policia João A. Silveira de Souza;

Considerando que esses depoimentos são corroborados pelo officio do ministro da agricultura, publicado no jornal, junto a fl. 20, e constante da certidão de fl. 161, dirigido ao summario Manoel Machado e em resposta ao d'este, declarando—que o governo da União não se conformára com o acto praticado pelo mesmo summario mandando *deter e embarcar* o referido engenheiro; ainda pelo officio do summario Candido Chaves, dirigido ao presidente do Tribunal da Relação, dizendo—que, por ordem verbal do Presidente do Estado, havia detido Paula Ramos e que este embarcára para o Rio, por ordem do mesmo presidente (doc. n. 159); tambem pelo officio que o summario Candido Chaves dirigira ao engenheiro, que figura como testemunha referida a fl. 89, declarando—que tinha feito embarcar para a capital federal o dr. Paulo Ramos, pelo que assumiu o acto exercicio do cargo que este occupava, como seu substituto legal; officio que o summario reconheceu como verdadei-

ro, em sua contestação de fl. 91; e, finalmente, pela confissão clara e concordante com o facto delictuoso e suas circumstancias, em seu interrogatorio de fl. 93, aonde acrescenta—«que, com o seu procedimento, nada mais fez do que cumprir ordens; nem outra causa lhe era licito fazer o em tão difficil emergencia, como empregado subalterno e de confiança;

Considerando que, ainda vem confirmada a culpabilidade dos referidos summarios, a carta reservada sem data que o tenente Manoel Machado dirigira ao baeharel Candido Chaves e que por esse fora junta a fl. 102, dizendo—«que o dr. Paulo Ramos não devia sair d'alhi sob pena de a repartição da policia assim como nullo, a ordem deveria ser por elle dada em reserva»;

Considerando que a confissão judicial do summario prova o delicto—art. 60 do decreto n. 848, por isso que, como diz Pimenta Bueno, Apont. do Proc. Crim. pag. 143—«a confissão importa o reconhecimento ou a declaração porque algum manifesta um facto proprio—ou o impulso da consciencia para o descobrimento da verdade, na phrase de Mittermaier, Trat. da Prova;

Considerando que a ordem de prisão ou detenção foi manifestamente illegal, por isso que emanou de autoridade incompetente, qual o presidente do Estado, e não teve as solemnidades ou formalidades externas, necessarias para a sua execução—arts. 229 do cod. penal, 176 do cod. do proc., 144 do Reg. n. 120 de 1842 e outras disposições em vigor; e que as formulas legais, como diz um escriptor, são a salvaguarda da liberdade do cidadão; são ellas que mantem um perfeito equilibrio entre os meios de atacar o crime e as garantias de que se deve cercar a innocencia;

Considerando que, como pondera um notavel estadista, quando a ordem illegal parte do superior, a resistencia é um rigoroso dever: é legal, é justa, é um acto digno do maior louvor, uma virtude civica de subido qualite, que eleva o caracter e o merecimento do funcionario resistente; tanto mais quanto, segundo se exprime Vivian, Est. Adm. tom. 4.º pag. 216—«as disposições da lei são ordens em si mesmas, a sua autoridade é muito superior a do poder executivo, não pode-se, portanto, admitir que ellas lhe fiquem subordinadas; e é por isso ainda que acrescenta Silva Ferrão, *dir. cit.*,—«que de nada serviria a vontade criminosa da autoridade superior, si encontrasse na inferior, em logar d'uma sujeição condemnada, uma fidelidade inabalavel; ou, finalmente, como reflexiona P. Bueno, Dir. Puhl. Bras.—«o facto d'uma autoridade ou agente subalterno não cumprir a ordem, evidentemente contraria á lei, não é propriamente resistencia, pois que, dada a violação real da lei, de um lado elle deve evitar a pena que soffreria se executasse tal ordem, e de outro lado elle observaria o art. 142 do cod. do processo (actualmente o art. 229 do cod. penal) que determina-lhe a não execução;—e como observa a lei, certamente não resiste;

(Continúa)

José Freyeseben & C.

Subordinada a esta firma acabam de organizar uma sociedade commercial na capital do Estado do Paraná, os nossos amigos José Freyeseben e Francisco Freyeseben para os negocios de fazendas, arruarias e modas.

Felicitando aquellos amigos por este motivo, agradecemos-lhes a communicação que nos fizeram.

EDITAES

Alfandega do Desterro

SUBSTITUÇÃO DE NOTAS

Pela inspectoría desta alfandega, em virtude da communicação recebida da caixa de amortisação em telegramma de 31 de maio ultimo se faz publico que foi prorogado o prazo para a substituição das notas do thesouro em rosgate e bilhetes de todos os bancos emitidos sobre notas do thesouro até 31 de Dezembro do corrente anno.

Alfandega do Desterro, 2 de junho de 1893.—Ernesto Silca.

O abaixo assignado, maior reformado do exercito, faz publico, para os devidos effectos que, tendo sido nomeado pelo coronel commandante interino d'este districto militar, agenciador de voluntarios para o serviço do exercito, convido a todos os cidadãos que quiserem assentar praça voluntariamente a apresentarem-se-lhe nesta cidade a Praga 15 de Novembro, casa n. 14, ou no districto da Palhoça, da comarca de S. José, na casa de sua residencia.

Desterro, 3 de Junho de 1893.—João Francisco Duarte de Oliveira, maior agenciador de voluntarios.

Pelo presente, cito o herdeiro José Henrique Marques Guimarães, para comparecer n'este juizo, por si ou por procurador, no dia 8 de julho do corrente mez, pela uma hora da tarde, na sala das audiencias, afim de se louvarem em avaliadores dos bens de sua finada avó D. Joanna Candida do Livramento Natividade, sob pena de revola.

Desterro, 6 de Junho de 1893.—O escrivão de ordens, Antonio Thomé da Silva.

ANUNCIOS

COMPANHIA FARMACOLOGICA E FARMACIA BRASILEIRA



O PAQUETE NACIONAL

URANO

Esperado do Rio de Janeiro, com escala pelos portos do costume, deve aqui chegar a 25 do corrente.

Recete carga e passageiros para Montevidéo e Buenos-Ayres.

O agente Gustavo Richard

AO PUBLICO

O dr. Edme. Alexandre dentista americano tem a honra de participar ao exm. publico catharinense, que acaba de montar o seu gabinete, qual estará aberto todos os dias uteis das 10 horas da manhã as 4 da tarde a disposição das pessoas que precisa rem para tudo quanto diz respeito a dita arte.

Rua Arceypresto Paiva n. 10 AO LADO DA MATRIZ

AO PUBLICO

Encontram-se bixas hamburguezas de primeira qualidade na rua Tiradentes n. 4.

João Machado Coelho.

VERA-CRUZ

Nos dias 24 e 25 do corrente mez terá lugar, no arraial do Estreito, se o tempo permittir, a festividade da Vera-Cruz.

Convida-se a todas as pessoas que quiserem assistir a essa modesta festa.—José Alves Torres, produtor.

Vende-se no lugar denominado Trincadeiras 1 morada de casa e 13 braças de terras, estremantado pelo sul com terras de José Francisco e pelo norte com terras de Silvano de tal, fazem frente ao mar e fundos e estrada geral, tendo bom pomar de café, agua de lavar e beber.

Para tratar com D. Maria da Gloria dos Dores, em Pirajubá.

Chacara

BOM EMPREGO DE CAPITAL

No Estreito, proximo ao porto, vende-se uma excelente chacara, tendo casa de moradia, cafezal, arvores fructiveras e boa agua. Tambem vende-se uma casa em frente a esta chacara propria para negocio, tendo nos fundos um rancho.

Para ver e tratar com o proprietario Antonio Luiz Marques, na mesma chacara.

GOIABADA CASCÃO SUPERIOR

a \$200 a lata no armazem n. 1 A RUA DO COMMERCIO

Leilão

O leiloeiro José Segui Junior, autorisado pelos srs. Ernesto Vahl & C. fará quinta-feira 22 do corrente, um importante leilão de gaitas e pontas de pariz, nos armazens d'aquelles srs.

Desterro, 19 de Junho de 1893.

O leiloeiro José Segui.

MARMELLOS SECCOS

a 800 réis o kilo RUA DO COMMERCIO N. 1-A em frente ao mercado

ATENÇÃO

Sapataria Violetta

AO PUBLICO

Os abaixo assignados têm a honra de communicarem no respeitavel publico, que nesta data estabeleceram-se com casa de sapataria a rua da Republica n. 4, onde encontra-se um variado sortimento de calçados; aceita-se encomendas, bem como dispõe de pessoal habilitado para satisfazer quaesquer exigencias d'aquelles que os quiserem honrar com o seu auxilio

A' RUADA REPUBLICANA N. 4 Desterro,—14—6—93.

Roco Paladino & Peroni.

Atenção

Vende-se um locomove e pertencentes, com força de 5 1/2 cavallos, por preço razoavel, visto ter sido comprado ao cambio de 27, achando-se em bom estado de conservação, tendo apenas dois annos de serviços. Para informações, n'esta capital com a Caixa Filial do Banco União de S. Paulo e em Tijucas Grandes com José Firmino Novas

ESPECIFICOS

Dr. Humphreys de Nova York

Em 1893, o Dr. Humphreys de Nova York publicou...

- 1. Febre Aguda... 2. Febre Intermitente... 3. Febre Tifóide... 4. Febre Typhoide... 5. Febre de Escarlatina... 6. Febre de Amarelo... 7. Febre de Cholera... 8. Febre de Disenteria... 9. Febre de Murcha... 10. Febre de Sarampo... 11. Febre de Escarlatina... 12. Febre de Amarelo... 13. Febre de Cholera... 14. Febre de Disenteria... 15. Febre de Murcha... 16. Febre de Sarampo... 17. Febre de Escarlatina... 18. Febre de Amarelo... 19. Febre de Cholera... 20. Febre de Disenteria... 21. Febre de Murcha... 22. Febre de Sarampo... 23. Febre de Escarlatina... 24. Febre de Amarelo... 25. Febre de Cholera... 26. Febre de Disenteria... 27. Febre de Murcha... 28. Febre de Sarampo... 29. Febre de Escarlatina... 30. Febre de Amarelo... 31. Febre de Cholera... 32. Febre de Disenteria... 33. Febre de Murcha... 34. Febre de Sarampo... 35. Febre de Escarlatina... 36. Febre de Amarelo... 37. Febre de Cholera... 38. Febre de Disenteria... 39. Febre de Murcha... 40. Febre de Sarampo... 41. Febre de Escarlatina... 42. Febre de Amarelo... 43. Febre de Cholera... 44. Febre de Disenteria... 45. Febre de Murcha... 46. Febre de Sarampo... 47. Febre de Escarlatina... 48. Febre de Amarelo... 49. Febre de Cholera... 50. Febre de Disenteria... 51. Febre de Murcha... 52. Febre de Sarampo... 53. Febre de Escarlatina... 54. Febre de Amarelo... 55. Febre de Cholera... 56. Febre de Disenteria... 57. Febre de Murcha... 58. Febre de Sarampo... 59. Febre de Escarlatina... 60. Febre de Amarelo... 61. Febre de Cholera... 62. Febre de Disenteria... 63. Febre de Murcha... 64. Febre de Sarampo... 65. Febre de Escarlatina... 66. Febre de Amarelo... 67. Febre de Cholera... 68. Febre de Disenteria... 69. Febre de Murcha... 70. Febre de Sarampo... 71. Febre de Escarlatina... 72. Febre de Amarelo... 73. Febre de Cholera... 74. Febre de Disenteria... 75. Febre de Murcha... 76. Febre de Sarampo... 77. Febre de Escarlatina... 78. Febre de Amarelo... 79. Febre de Cholera... 80. Febre de Disenteria... 81. Febre de Murcha... 82. Febre de Sarampo... 83. Febre de Escarlatina... 84. Febre de Amarelo... 85. Febre de Cholera... 86. Febre de Disenteria... 87. Febre de Murcha... 88. Febre de Sarampo... 89. Febre de Escarlatina... 90. Febre de Amarelo... 91. Febre de Cholera... 92. Febre de Disenteria... 93. Febre de Murcha... 94. Febre de Sarampo... 95. Febre de Escarlatina... 96. Febre de Amarelo... 97. Febre de Cholera... 98. Febre de Disenteria... 99. Febre de Murcha... 100. Febre de Sarampo...

HUMPHREYS' MEDICINE CO. Cor. William & John Sts., NEW YORK.

CURATIVA

Dr. Humphreys de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

Curativa de Nova York

CHAPELARIA Catharinense



Casa especial de chapéus

Este estabelecimento acaba de receber pelo ultimo vapor uma grande e variado sortimento de chapéus os mais modernos para homens e crianças, de se ardigão e tems e capetidor em prezo.

Tambem pelo vapor entrado hontem recebeu um variado sortimento de chapéus de sol para homens, senhoras e crianças, que vendemos por preços baratissimos, basta dizer que não sae freguez sem comprar, nesse sistema é ganhar pouco para vender muito.

RUA JOÃO PINTO N. 3

BONS TRABALHADORES

DE ESTRADA

acham serviço em casa do Sr. Alberto Probst. (Theresopolis).



Tosses, bronchites, rouquidão, defluxo, etc.

CURAM-SE RADICALMENTE COM O PEITORAL CATHARINENSE XAROPE DE ANGICO COMPOSTO COM TOLU E GUACO

COMPOSICAO DE RAULIVEIRA

Mais de 20 mil pessoas residentes em diversos Estados atestam a sua efficacia

RAULINO HORN & OLIVEIRA

UNICOS FABRICANTES

Cuidado com as falsificações e imitações

